

DIMENSÕES DA MEMÓRIA DA REPRESSÃO POLÍTICA NO CAMPO¹

Marco Antonio Teixeira

RESUMO

O artigo analisa a maneira como trabalhadores rurais, seus familiares e atores envolvidos nos conflitos sociais no campo fluminense se lembram e narram as memórias sobre a repressão política que os atingiu durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Esta reflexão se baseou nos dados da pesquisa *Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, financiada pela FAPERJ e voltada para auxiliar os trabalhos da CEV-Rio. A análise feita aqui buscou destacar as variadas maneiras como as memórias sobre os conflitos e repressão foram narradas pelos diferentes atores que viveram alguns dos eventos traumáticos da ditadura iniciada no Brasil em 1964.

Palavras-chave: Trabalhadores Rurais; Memória Social; Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985).

DIMENSIONS OF MEMORIES OF POLITICAL REPRESSION IN THE COUNTRYSIDE

ABSTRACT

This article analyses how rural workers, their families and actors who are involved in social conflicts in fluminense countryside remember and tell their memories about political repression that hit them during Brazil's military dictatorship (1964-1985). This reflexion was based in *Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* dates research, financed by Faperj and pointed to assist the CEV-Rio works. The analysis made here sought to highlight different ways how memories related to conflicts and repression are narrated by different actors who have lived some traumatic events during the dictatorship that started in Brazil on 1964.

Keywords: Rural Workers; Collective Memory; Civil-Military Dictatorship in Brazil (1964-1985).

¹ Este texto deriva da pesquisa "Conflito e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro, 1946/1988", financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e com apoio da CEV/Rio. Uma primeira versão desse artigo consta no anexo do relatório final da CEV/Rio.

Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), com bolsa da Faperj. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: mateixeira@gmail.com

INTRODUÇÃO

O tema de reflexão aqui proposto diz respeito às formas como a sociedade e os indivíduos lidam e expressam suas memórias sobre conflitos sociais associados a experiências históricas de repressão política. Mais especificamente, trata-se de analisar as memórias dos conflitos sociais no campo fluminense no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).²

Para isso, farei uma reflexão sobre as diferentes dimensões das memórias dos conflitos e repressão no campo fluminense expressas em algumas das fontes que serviram de subsídio na pesquisa “Conflito e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro: 1945-1988”. Foram elas: a) literatura sobre o tema; b) documentos primários; c) entrevistas. Cada uma delas nos ajuda a perceber diferentes dimensões das memórias sobre a repressão política que atingiu os trabalhadores rurais fluminenses durante a ditadura civil-militar no Brasil. E, por sua vez, nos ajuda a refletir sobre os significados das memórias sobre conflitos sociais em situações de repressão política.

Refletir sobre as variadas dimensões dessas memórias, inscritas em diferentes fontes, nos ajudam a: a) lidar com o problema da recordação e do esquecimento presentes em cada uma dessas fontes; b) com isso, pensar nos significados que cada fonte pode ter; c) e, finalmente, elaborar interpretações sobre os eventos considerando as possibilidades e limites das fontes.

1. AS FONTES

Para refletir sobre as memórias dos conflitos no campo no Estado do Rio de Janeiro durante a ditadura parte-se da análise das fontes tratadas na pesquisa já mencionada. O pressuposto é o de que as fontes identificadas e analisadas, mediadas pela interpretação do pesquisador em diálogo com os atores que viveram os processos sociais estudados, são inscrições das dimensões das memórias da repressão política no campo fluminense.

Sendo assim, é importante antes de tudo apresentar as fontes. A partir disso, farei a seleção de algumas delas para refletir sobre as dimensões memoriais dos conflitos sociais rurais presentes em cada uma delas. Em linhas gerais, ao apresentar essas fontes, levarei em conta: a) o processo de constituição do material que veio a ser identificado como fonte histórica e o seu processo de constituição em acervo histórico; b) o contexto político e social no qual as fontes foram elaboradas como forma de dimensionar seus possíveis sentidos em um dado momento histórico. A análise considera os documentos em seu conjunto, buscando apreender possíveis relações entre as fontes – documentais, entrevistas e a literatura sobre o tema, dependendo de qual delas se fala.

A primeira fonte analisada foi a literatura acadêmica sobre o tema. Trata-se de diversos trabalhos feitos principalmente por historiadores, sociólogos e antropólogos, em diferentes momentos das suas formações acadêmicas (dissertações de mestrado, teses de doutorado, pesquisas coletivas). Como a literatura específica que articula conflitos sociais no campo e repressão política na ditadura é escassa, busquei na pesquisa ler e analisar trabalhos que abordassem temas correlatos e que trouxessem pistas para pensar aspectos do tema de investigação. Uma análise mais detalhada dessa literatura será apresentada no tópico seguinte.

O segundo conjunto de fontes considerado neste artigo foram os documentos primários:

2 Formulação elaborada com base em Sarti (2004). Para o debate sobre violência política no campo no Brasil, ver Medeiros (1996).

a) no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência em Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/CPDA/UFRRJ), analisamos principalmente os documentos das organizações sindicais dos trabalhadores rurais, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Estado, e aqueles produzidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Este foi o primeiro conjunto de material sobre o qual nos debruçamos porque já estava organizado e disponível para consulta pública, era de fácil acesso e porque o conhecimento prévio destes documentos por alguns pesquisadores nos davam a segurança de que seria um material que renderia dados e reflexões substanciais para a pesquisa. A leitura deste material no começo da pesquisa nos permitiu identificar a ocorrência de mais de cem conflitos sociais na área rural do Estado do Rio de Janeiro.³ Este mapeamento inicial serviu de referência para a escolha das situações que seriam pesquisadas em profundidade.⁴ Tal escolha foi necessária para tornar viável o conhecimento com mais profundidade de algumas situações conflitivas, para que pudéssemos compreender de forma mais detalhada como se estruturou a repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro e os seus significados;

b) os documentos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG/RJ). Como o material desta instituição não era um acervo organizado, foi necessário localizar os documentos, higienizá-los e organizá-los para que fosse possível analisá-los. O material de interesse da pesquisa (aquele até o ano de 1988) e em condições de ser manipulado foi digitalizado e está disponível para consulta no site do NMSPP/CPDA/UFRRJ.⁵ Trata-se principalmente de relatórios de conflitos, de atividades da federação, ofícios trocados entre sindicatos, federação e confederação e destas entidades com órgãos estatais, processos trabalhistas, entre outros.

c) os documentos do Centro Documental sobre a História Política do País *Memórias Reveladas*, disponível para consulta no Arquivo Nacional, formado principalmente por documentos do Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações;

d) os documentos do Projeto *Brasil: Nunca Mais*, formado por processos judiciais movidos para identificar pessoas envolvidas com o que os militares consideravam “atos de subversão”. Este material foi organizado pelo Conselho Mundial das Igrejas e a Arquidiocese de São Paulo, nos anos 1980, e está disponível para consulta pública em portal na internet;⁶

e) os documentos da CPT, da cúria de Nova Iguaçu e da cúria de Volta Redonda. Este material é oriundo de setores da Igreja Católica que desempenharam papel importante em alguns conflitos, apoiando a luta dos trabalhadores rurais e denunciando muitas das violências que os atingiram. Eles oferecem a leitura dos conflitos feita por essas instituições. Uma parte desses documentos está disponível no site da CPT. Outra parte teve que ser recuperada no próprio acervo da entidade em Goiânia, pois ainda não está digitalizada. Suplementarmente, foram usados os boletins da Arquidiocese de Nova Iguaçu (*A Folha*) e de Volta Redonda.

f) documentos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, onde se localiza o acervo das polícias políticas do Estado do Rio de Janeiro. Esse material foi pouco explorado na pes-

3 No final da pesquisa, identificamos 219 conflitos sociais no campo fluminense entre 1946 e 1988.

4 Na escolha dos casos analisados, selecionamos pelo menos um conflito de cada região do estado do Rio de Janeiro. Nesta triagem, buscamos também abranger os vários tipos de conflitos ocorridos, compreendendo a diversidade de atores em cena. Para isso, o conhecimento prévio de parte da equipe de pesquisa sobre os conflitos sociais rurais fluminense foi essencial.

5 <http://www.nmspp.net.br>

6 <http://bnmdigital.mpf.mp.br/>

quisa. Pretendemos analisá-lo com mais profundidade em projetos que se desdobrem da pesquisa aqui referenciada.

g) Documentos da imprensa disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Por fim, o terceiro conjunto de fontes analisadas neste artigo foram as entrevistas realizadas com trabalhadores rurais, lideranças ou não, seus familiares e seus apoiadores (advogados, agentes religiosos, assessores sindicais e outros simpatizantes, como estudantes). Todos eles estiveram envolvidos de alguma maneira nos episódios conflituos no meio rural do Rio de Janeiro entre os anos 1940 e 1980. As entrevistas utilizadas na pesquisa podem ser divididas em dois blocos no que se refere aos seus contextos de produção:

a) aquelas realizadas no contexto da atual pesquisa e, portanto, orientadas pela problemática que estruturou nossa investigação. Elas foram feitas em um momento de alta intensidade do debate sobre justiça de transição no Brasil, que tem como marco a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A criação da CNV estimulou uma série de desdobramentos, como: a criação das comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais; o destaque e emergência de diversos grupos na sociedade civil que abordam de alguma maneira a temática da memória, verdade e justiça; a ampliação de notícias na mídia sobre o tema, fazendo crescer o debate público sobre o assunto.⁷ Temos, portanto, um contexto no qual há uma situação de oportunidade política para se debater o tema.⁸

b) aquelas realizadas em diferentes contextos históricos e de pesquisa. Embora essas entrevistas não tenham sido feitas com o mesmo foco das demais entrevistas realizadas no âmbito da presente pesquisa, trouxeram pistas que nos levaram a entender melhor os conflitos sociais e o processo de repressão política contra os trabalhadores rurais na área rural fluminense. Nesse conjunto de depoimentos há uma diversidade de relatos que se referem a várias situações de pesquisa. Cabe situar cada uma delas em detalhe quando se recorrer a elas. Aqui, foi suficiente apontar alguns parâmetros gerais que as situam como “entrevistas feitas por terceiros”.⁹

2. DIMENSÕES DA MEMÓRIA DA REPRESSÃO POLÍTICA NO CAMPO

A pesquisa mostrou diferentes dimensões da memória da repressão política contra os trabalhadores rurais entre 1946 e 1988, especialmente entre 1964 e 1985, durante a ditadura civil-militar no Brasil. Essas dimensões, quando analisadas conjuntamente, fornecem um panorama mais amplo e complexo da história dos conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro. Elas mostram diferentes versões que ora se complementam, ora se contrapõem, mas que no seu conjunto indicam a disputa pelo sentido dos acontecimentos que devem se cristalizar na memória histórica em construção, seja destacando episódios que devem ser lembra-

7 O debate sobre justiça de transição no Brasil não começou com a criação da CNV. No âmbito do Estado, este debate pode ser remetido a própria Lei de Anistia (1979), seguida pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (1995) e Comissão de Anistia (2001), pelo Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) e pela Lei de Acesso à Informação (2011). Na esfera da sociedade civil, podemos mencionar como iniciativas de justiça de transição as denúncias de familiares de mortos, desaparecidos e presos, ainda durante a ditadura, a divulgação da identidade de agentes repressivos no jornal *Em Tempo* (anos 1970), a luta pela anistia, com a formação de Comitês Brasileiros pela Anistia (anos 1970), o Projeto “Brasil: Nunca Mais” (1979-1985), o Grupo Tortura Nunca Mais (registrado em 1987), entre tantas outras iniciativas.

8 Neste trabalho, refiro-me a oportunidade política como um conjunto de condições políticas e sociais conformadas socialmente que constituem uma configuração social que encoraja as pessoas a debaterem um determinado tema. O contrário disso seria a “restrição política”, quando condições históricas desencorajam o debate público sobre dado tema. Esta reflexão se baseia e se apropria de forma crítica das noções de oportunidades e restrições políticas desenvolvidas por Tilly (1978) e Tarrow (2009) para analisar a ação coletiva e as condições de mobilização social.

9 A maioria destas entrevistas está disponível para consulta no NMSPP/CPDA/UFRRJ. Para consultar informações sobre este acervo, ver: <http://www.nmspp.net.br>. Para o debate sobre alguns desafios e implicações em trabalhar com entrevistas feitas por terceiros, ver Borges (2012) e Luiz; Teixeira (2013).

dos, seja silenciando aqueles que não devem ou não merecem ser mencionados ou simplesmente foram esquecidos.

Neste trabalho vou mencionar as diferentes dimensões da memória de maneira panorâmica e tratar de três delas de maneira mais sistemática, tendo em vista o tipo de fonte utilizada: bibliografia, documentos e entrevistas. Busquei com isso ressaltar os aspectos da memória da repressão política no campo inscritas em cada uma das fontes.

2.1 A MEMÓRIA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA E O SILENCIAMENTO SOBRE A EXPERIÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA NA DITADURA CIVIL-MILITAR

O debate acadêmico sobre a experiência da classe trabalhadora durante a ditadura civil-militar brasileira tem algumas contribuições significativas, como os trabalhos de Figueiredo (1978), Sigaud (1979), Palmeira (1985; 2009), Sader (1988), Medeiros (1989 e 2015), Martins (1994), Novaes (1997), Ricci (1999), Silva (2006), Santana (2008; 2014), Frederico (2010), Welch (2010), Carneiro e Ciocari (2011), Viana (2013), Mattos (2014), entre outros.

Além dessas publicações há que mencionar o projeto Memória Camponesa, coordenado por Moacir Palmeira e apoiado pelo Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Nead/MDA). Trata-se de uma série seminários, reunindo lideranças de trabalhadores rurais para narrar suas experiências no regime civil-militar. Iniciado em 2004, com um evento de dois dias no Rio de Janeiro, prosseguiu com encontros semelhantes em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul.

Entretanto, esses investimentos, a despeito das muitas contribuições que trouxeram para o campo de estudos sobre o tema, não lograram conformar uma agenda de pesquisa sistemática sobre o assunto. Por isso, argumento que a memória da produção acadêmica brasileira, principalmente da História e das Ciências Sociais, sobre o mundo do trabalho na ditadura civil-militar foi marcada até muito recentemente pelo silenciamento, que tem pelo menos duas dimensões.

A primeira delas envolve a experiência da classe trabalhadora no contexto do regime civil-militar no Brasil. Neste âmbito, tem predominado o estudo da experiência dos trabalhadores no pré-1964 e no contexto de redemocratização, após 1978, cujo marco é a emergência das greves no ABC Paulista.¹⁰ É importante ressaltar esse marco, uma vez que não se pode falar que há pouca produção acadêmica sobre a experiência dos trabalhadores após esse período. Por outro lado, essa produção trata, principalmente, das greves do universo fabril dos operários urbanos paulistas e é marcada pela importância, que então era muito discutida, da construção de projetos políticos alternativos ao regime posto.

A segunda dimensão refere-se à repressão contra a classe trabalhadora e seus modos de resistência. Neste conjunto de estudos, têm predominado os trabalhos sobre as causas do golpe de 1964, a estrutura estatal da repressão, a resistência de grupos de esquerda armada e do movimento estudantil, movimentos culturais etc. A experiência do universo dos trabalhadores permanece pouco investigada.

Apenas mais recentemente houve o crescimento de pesquisas sobre a repressão aos trabalhadores no Brasil no período da ditadura. A publicação de alguns dossiês em revistas científicas, como a do GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional dos Professores Universitários,

¹⁰ O termo se refere às cidades industriais localizadas na Região Metropolitana de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

rios de História (Anpuh), é um elemento que expressa esse aumento do debate sobre o tema.¹¹ Outro espaço importante que deu visibilidade pública a essa agenda foi a criação de um grupo de trabalho (GT) no âmbito da CNV sobre a temática. Trata-se do GT “Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical”. Além desse GT, houve ainda na CNV um GT específico para tratar da repressão contra os camponeses e indígenas.¹²

Com isso, tem havido uma incipiente interlocução entre pesquisadores e grupos de pesquisa que pode desembocar em uma linha de investigação duradoura. Esse processo, entretanto, ainda está se produzindo. São indicativos do crescimento desse debate nas agendas de pesquisa a consolidação do Grupo *Mundo do Trabalho* da Anpuh, o conjunto de Seminários *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*, iniciativa do Arquivo Nacional e do Centro de Documentação da Central Única dos Trabalhadores (Cedoc/CUT) já com quatro edições (2008, 2011, 2013 e 2016) e o *I Seminário Internacional Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul*, realizado em 2015 pelo Laboratório dos Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), o Departamento de História da PUC-Rio e o Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Diante desse cenário, se impõe a necessidade de elaborar interpretações sobre os conflitos e repressão no campo, de modo a escrever uma história a contrapelo, conforme Benjamin (1986) mencionou. Ou seja, uma história do ponto de vista dos vencidos, ressaltando o papel desses agentes na história e na interpretação sociológica, compondo por sua vez uma memória da produção acadêmica sobre o tema mais ampla e complexa, considerando a experiência da classe trabalhadora na ditadura civil-militar brasileira. Isto feito, teríamos uma contribuição significativa para compor nosso conhecimento sobre a memória da repressão no campo no Brasil.

2.2 AS MEMÓRIAS DOS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO FLUMINENSE A PARTIR DA PESQUISA DOCUMENTAL

Até hoje, uma das maneiras mais usuais de se pesquisar a repressão contra trabalhadores foi a consulta a documentos oficiais das polícias políticas e das agências estatais de monitoramento e investigação. Nos anos mais recentes, essa tendência se intensificou quando os arquivos começaram a se tornar públicos, inicialmente pelo projeto BNM, depois pela plataforma Memórias Reveladas. Na presente pesquisa, além do material supramencionado, optamos por analisar os documentos produzidos pelas organizações sindicais de trabalhadores rurais, sobretudo os da federação estadual e de alguns sindicatos, quando foi possível, e da CPT.

As organizações de representação sindical dos trabalhadores rurais existem desde o pré-1964. As portarias que regulam a criação de sindicatos de trabalhadores rurais datam de 1962. A partir de então, vários sindicatos foram criados em várias partes do país. Logo depois, formaram-se as federações estaduais e, em dezembro de 1963, a confederação nacional. Com o golpe, algumas destas entidades sofreram intervenção pelo Ministério do Trabalho. Outras simplesmente fecharam porque suas principais lideranças precisaram fugir da perseguição que sofriam ou foram presas. Apesar disso, diversos sindicatos, federações e até mesmo a confederação continuaram a existir, atuando de diferentes maneiras, ainda que com limites restritos em

11 Trata-se do dossiê “Trabalhadores e Ditadura” (v. 6, n. 11, 2014). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/issue/view/2157/showToc>>. Acesso em 20 set. 2015.

12 A separação entre trabalhadores de um lado, e camponeses, do outro, é indicativa da maneira como o urbano e o rural são vistos na sociedade brasileira: de maneira dicotomizada. Embora cada grupo tenha suas particularidades, uma análise abrangente que investigue como a repressão atingiu os trabalhadores (urbanos e rurais) poderia subsidiar uma interpretação mais ampla sobre o caráter de classe do golpe e da ditadura civil-militar no Brasil, como já apontam alguns estudos. Sobre isso, ver Estevez; Assumpção; Guimarães (2015).

muitas situações. Por terem tido perenidade e por terem acompanhado muitas das lutas sociais no campo pós 1964, essas organizações produziram uma grande quantidade de documentos nos quais havia, em muitos casos, detalhados relatos das situações de violência vivenciadas pelos trabalhadores rurais. Por isso, a sua leitura e análise trouxeram pistas importantes para se conhecer a violência no campo no período. Na presente pesquisa, os documentos da Fetag/RJ foram a principal fonte desse tipo consultada.

No entanto, recuperar os documentos sindicais não foi uma tarefa simples, uma vez que não há nessas entidades uma preocupação sistemática de preservação e organização desse tipo de material. É uma situação existente não só entre os sindicatos de trabalhadores rurais, mas também na grande maioria dos sindicatos urbanos. Os diversos relatos de situações similares nas quatro edições do *Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*, alguns deles registrados nos anais do congresso e publicados mais recentemente, mostram com clareza esse tipo de dificuldade.¹³ Elementos como a falta de conexão entre as gerações que viveram o tempo da ditadura e as novas gerações;¹⁴ a ação política orientada para demandas do cotidiano e emergenciais, que influenciam o presente dos trabalhadores de forma mais direta; e a falta de recursos, estrutura e conhecimento técnico para tratar esse material são fatores explicativos para o pouco cuidado com os arquivos sindicais.

Esse episódio é em alguma medida indicativo do lugar atribuído pelas lideranças sindicais de hoje à memória das lutas no campo: aproxima-se de uma situação de pouca ou nenhuma atenção a essa memória, uma vez que não há uma ação que vise preservar essas fontes documentais para que seja possível por meio delas conhecer parte da história da atuação sindical durante a ditadura. Isso não significa, porém, que as lideranças do presente não se importem com a sua história. Em diversas ocasiões eles manifestaram em falas suas preocupações em preservar esses documentos e conhecer a história da categoria que representam. Contudo, essas falas não foram transformadas em ações de preservação desses arquivos. Vale destacar que a situação de pouca atenção para a memória não é absoluta, mas expressão do que importa no tempo presente para o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais fluminenses. E não significa que será sempre assim.

Para trabalhar com os documentos da Fetag/RJ, a equipe da pesquisa se dedicou durante alguns meses ao tratamento desse material, que consistiu em sua higienização básica, identificação e organização preliminar. Em seguida, o material foi digitalizado, como já mencionado anteriormente. A análise destas fontes, em conjunto com a leitura dos documentos produzidos pelas organizações sindicais que estão disponíveis para consulta no NMSP/CPDA/UFRRJ, nos deu um amplo panorama sobre os conflitos sociais no campo no estado.¹⁵

13 Ver Stampa e Marques (2010); Stampa e Netto (2013); Pereira e Garcia (2014); Pessanha e Medeiros (2015); Lopes e Regos (2015); Santana e Rodrigues (2015); Marques e Troitiño (2016); Gill e dos Santos Neto (2016); Medeiros e Teixeira (2016).

14 Refletindo sobre alguns aspectos que carregam de tensão a questão da verdade e da justiça na atual conjuntura, Padrós destaca a dimensão pedagógica. Segundo o autor, esta dimensão é fundamental para recompor a desconexão entre a geração que viveu o cotidiano dos regimes autoritários e a que veio depois. Nas palavras do autor: “Tal desconexão se expressa, muitas vezes, no desconhecimento geral que essas novas gerações possuem sobre o passado recente, ou através de um precário e perturbador senso comum. Pode-se dizer que tal constatação é o resultado, mais do que a ausência de “políticas de memória”, da aplicação deliberada de “políticas de esquecimento”, ou seja, a proposição de ações de “esquecimento induzido”: sonegação de informação; difusão de informações ambíguas; imprecisão conceitual; relativização da violência irradiada contra a população; apagamento das responsabilidades pelos crimes estatais; e a reafirmação de justificativas como a teoria dos dois demônios, ou da tese da ditabranda”. (Padrós, 2012, p. 69-70). Esta reflexão, feita por Padrós para um plano mais geral da sociedade, apresenta elementos que contribuem para entender a cisão entre gerações que considero ter havido e que explico, em parte, o tratamento dado aos documentos por organizações de trabalhadores.

15 Não foi possível replicar essa ação nos sindicatos. Apenas marginalmente tivemos acesso aos documentos sindicais, seja porque eles não existem ou não foram localizados pelos agentes que atuam nos sindicatos ou porque não houve tempo da equipe em se dedicar a essa linha de trabalho.

Obviamente, como todas as fontes, essa também tem limites que precisam ser tratados metodologicamente. Sabemos que sua produção reflete uma leitura sindical das lutas sociais no campo fluminense e que por isso produz uma série de ênfases em alguns episódios (aqueles que tiveram o protagonismo do movimento sindical) e silenciamentos sobre outros processos importantes (principalmente aqueles que não tiveram a participação ativa do movimento sindical). Para lidar com isso é importante que o pesquisador recorra a diferentes fontes para cotejar os diversos pontos de vista sobre os eventos e assim poder produzir uma interpretação mais abrangente no sentido de contemplar as diferentes vozes que vivenciaram determinado processo analisado.

Com isso, foi importante também na presente pesquisa a análise dos documentos produzidos pela CPT, outra entidade que atuou em alguns conflitos no estado. Da mesma maneira que os documentos da Fetag/RJ, o material produzido pela CPT apresentou vestígios sobre conflitos, repressão e atuação da entidade em algumas situações. Além disso, o cotejamento destes documentos foi complementado com a análise de documentos do Estado e da imprensa. A leitura dessas fontes em conjunto nos permitiu construir uma interpretação sobre os conflitos sociais e repressão no campo fluminense mais complexa, agregando diferentes pontos de vistos, vestígios das memórias desses episódios que se cristalizaram nesses documentos.

2.3 Memórias dos conflitos e repressão nas narrativas dos atores

As entrevistas feitas ou utilizadas na pesquisa tinham três diferentes perfis de atores: trabalhadores rurais protagonistas dos conflitos, os familiares desses trabalhadores e alguns dos seus apoiadores. Em linhas gerais, podemos apreender da fala de cada um desses perfis uma dimensão da memória dos conflitos e repressão no campo. Obviamente, cada uma dessas falas ressalta outras dimensões e isso geralmente tem a ver com a experiência social e trajetória passada e presente de vida dos sujeitos entrevistados.

As entrevistas com os trabalhadores e trabalhadoras rurais que estiveram à frente dos conflitos e foram os principais atingidos diretamente pela repressão política mostraram uma memória que destaca, principalmente, como eles se envolveram nos conflitos; o protagonismo que eles e outros trabalhadores tiveram na luta pela conquista da terra, destacando geralmente a coragem que precisaram ter para resistir à repressão de supostos proprietários – os *grileiros* –, policiais, exército e outros agentes repressivos (que variam conforme a situação); e as ações empreendidas para conseguir a desapropriação das terras (ações coletivas, tais como ocupações em frente a prédios públicos, resistência ao despejo nos locais onde viviam, ações na justiça, reuniões com agentes do Estado, ações armadas).

Essas entrevistas constroem uma narrativa com um caráter heroico da luta dos trabalhadores rurais, nas quais pouco aparece a história daqueles que desistiram de lutar pela terra, as derrotas sofridas ou aspectos do cotidiano da vida dos trabalhadores. As dificuldades e derrotas, quando aparecem, servem como elemento que vai compor a trajetória que precisou ser enfrentada para se chegar até a vitória – geralmente a conquista da terra.

Nesse caso, há entrevistas feitas no atual contexto de pesquisa, mas a grande maioria das entrevistas analisadas desse perfil se refere a momentos anteriores, principalmente porque algumas das principais lideranças das lutas sociais no campo no período estudado já morreram ou estão bem idosas. As referências mais emblemáticas desse conjunto de entrevistas são aquelas feitas no âmbito da pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”, em 1982 e 1983, e as falas dos trabalhadores e trabalhadoras no seminário *Memória Camponesa*, edição do Rio de Janeiro, realizado em 2004.

As entrevistas com os trabalhadores rurais que viveram os conflitos, mas que não eram lideranças, aglutinam tanto os depoimentos de familiares de lideranças quanto o de pessoas comuns. Elas trazem as lembranças daqueles que viveram os conflitos, mas não estavam envolvidos diretamente neles, ou que apenas ouviram histórias sobre esses conflitos e a repressão. A força dessa situação permite falar em uma “memória quase que herdada”. Segundo Pollak: “De fato [...], podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação” (Pollak, 1992, p. 201).

Esses depoimentos indicam uma memória difusa sobre os conflitos e a repressão, destacando diferentes pontos de vistas com lembranças a elementos que não costumam estar presentes no depoimento das lideranças, como uma memória mais do cotidiano dos acontecimentos. Na sua maioria, foram entrevistas feitas no contexto da pesquisa.

Por fim, temos um grupo de entrevistas com apoiadores dos trabalhadores rurais. São advogados, agentes religiosos e assessores de organizações sindicais, principalmente, mas também pessoas que se sensibilizaram diante do que foi visto como uma situação injusta: em geral, a tentativa de despejo de grupos de trabalhadores dos locais onde viviam. Suas lembranças trazem narrativas sobre as maneiras pelas quais a resistência foi articulada, vivida e contada por atores que se dedicaram a apoiar essas lutas. Trata-se de uma memória dos apoiadores dos trabalhadores rurais.

Esse conjunto de entrevistas, contudo, não nos permite acessar de forma direta a memória das pessoas que foram vítimas de despejo e fugiram ou simplesmente desistiram de resistir. Grynszpan (1987) afirmou que o despejo foi o principal problema social vivido pelos trabalhadores rurais fluminense no pré-1964. Esse processo não começou em 1964 nem tampouco acabou em 1988. Mas ganhou contornos mais fortes no período da ditadura civil-militar, uma vez que em muitas situações esses despejos aconteceram como resultado de um conluio entre agentes privados e públicos que se intensificou no período da ditadura. Como se trata do principal problema enfrentado pelos trabalhadores rurais, o despejo atingiu quantitativamente o maior número de pessoas. A despeito disso, acessar a memória daqueles que foram despejados ou fugiram e foram viver em outros locais é particularmente difícil: requereria uma enorme quantidade de tempo e dedicação para localizar grupos que, muito provavelmente, estão dispersos em diferentes lugares do estado ou até mesmo do país. Isso significa que as famílias expulsas tiveram suas vivências em certas localidades interrompidas. Com isso, suas memórias, que também são vinculadas ao espaço, também foram interrompidas no sentido de não poderem continuar se elaborando socialmente como estavam acostumadas a fazer.

Na pesquisa, acessamos em alguma medida narrativas de memórias sobre os despejos a partir da fala de atores que optaram por resistir e permanecer na terra em que viviam. E isso tem implicações profundas no tipo de narrativa que se constrói sobre aqueles que não resistiram. A história do ponto de vista desses atores ainda está para ser contada.

Outra face das narrativas dos entrevistados sobre os conflitos e repressão no campo foi o silenciamento sobre os episódios de repressão em si. Esse silenciamento tem a ver com o medo de que algo parecido possa se repetir ou com uma negação em narrar acontecimentos que quando lembrados causam dor e sofrimento. Estamos diante, portanto, de memórias traumáticas sobre dados eventos.

Pollak (1989) apresentou o debate sobre os silêncios na memória, afirmando que eles podem ocorrer, por exemplo, por causa de uma lembrança traumatizante, seja por razões políticas, pessoais ou ainda de outra ordem. Além disso, uma situação ambígua e passível de gerar mal-entendidos também pode levar ao silêncio em uma memória. A memória evocada por al-

guém está repleta de silêncios, “zonas de sombra”, “não-ditos”, nas palavras de Pollak. “As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento” (Pollak, 1989, p. 8).

Contudo, se para algumas pessoas o silêncio é o subterfúgio para lidar com os medos e traumas vividos, para outras, essa memória ganha outro sentido quando narrada. Alguns entrevistados construíram suas narrativas contando os acontecimentos traumáticos para construir uma história de superação e coragem. Vale lembrar que essa narrativa é construída no presente, após ter alcançado o sucesso das lutas.

A marca do presente nas entrevistas feitas fica particularmente clara também em outra situação que nos deparamos: pessoas que nos procuraram para contar episódios de perseguição política durante a ditadura mobilizadas pela esperança de serem reparadas economicamente. Essa situação só ganhou destaque no contexto de alta intensidade do debate público sobre justiça de transição no Brasil. O desejo de obter reparação pela perseguição sofrida fez com que as pessoas narrassem os acontecimentos vividos e passassem a buscar indícios que comprovassem a maneira como foram perseguidas e reprimidas, condição para que possam dar início a um processo de reparação. É nesse sentido que falamos que essas memórias são ativadas, pois elas eram subterrâneas até que emergissem diante de uma oportunidade política, tendo a possibilidade de se tornarem parte da memória oficial.

Por fim, o caráter político e a marca do presente na construção das narrativas dos trabalhadores sobre os episódios de conflitos e repressão no campo ficaram particularmente visíveis nos episódios conflituos ocorridos em Cachoeiras de Macacu, município localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Há atualmente em desenvolvimento neste município um projeto de construção de barragens na região da Bacia do Rio Guapiaçu. O projeto é uma exigência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para liberação da obra do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Para licenciar esta obra, a Petrobras teve que financiar novas obras de captação de água para o leste metropolitano do Rio de Janeiro. A construção da barragem no rio Guapiaçu é essa obra. A barragem terá cerca de 21 quilômetros quadrados e vai atingir por volta de 3.000 pessoas. Fabrício Teló, ao pesquisar esta história e se deparar com a situação vivida no presente pelos agricultores de Cachoeiras de Macacu, escreveu:

Na área em que está projetado o alagamento da barragem [...] temos famílias que vêm de diferentes trajetórias, a maioria marcadas pela vulnerabilidade e por processos de expropriação, que se intensificaram com a ditadura. As que vieram do Imbé, por exemplo, já estavam lá porque haviam sido expulsas de outras terras antes, como é o caso das que foram despejadas da Fazenda do Largo, em São João da Barra, ou de antigos colonos do café oriundos de Minas Gerais e do norte fluminense que se obrigaram a buscar outras formas de sobreviver em função da crise cafeeira. Os que já estavam em Cachoeiras de Macacu enfrentaram a perseguição militar em função do conflito da Fazenda São José da Boa Morte. Estes agricultores, depois de cinco décadas, correm o risco de serem novamente expulsos de suas terras, o que mostra a constante vulnerabilidade a que estão sujeitos os trabalhadores do campo no Brasil, sobretudo aqueles a quem a terra não é objeto de herança, mas de conquista (Disponível em: <http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com.br/2015/03/expulsao-de-agricultores-para-barragem.html>. Acesso em: 22/09/2015).

Dona Roseli, assentada em Cachoeiras de Macacu, em um depoimento que deu durante um evento oficial da CEV-Rio chamado *Testemunhos da Verdade*, construiu sua argumentação contando de forma cronológica como em sua trajetória ela foi sistematicamente expulsa de

vários locais: saiu do Imbé para ir morar em Cachoeiras de Maccacu nos anos 1960; nos anos 1970/1980 lutou para permanecer na área; e agora precisa lutar novamente para não ser expulsa da terra que vive há anos.

A história de resistência dessas pessoas é rememorada e utilizada como uma forma de mostrar como elas têm: a) sido sistematicamente vítimas de ações de expulsões ou tentativas de expulsões; b) ao mesmo tempo em que serve de inspiração à luta atual contra a barragem. Com isso, a memória das lutas nessa área é reavivada com uma conotação política, como forma de fazer lembrar do histórico de repressão nessa área e como maneira de unir um grupo novamente. Essa fala se inscreve num conjunto de reflexões sobre os efeitos dos usos da memória. A memória reavivada nesse caso tem servido como maneira de vincular o grupo que está sob ameaça de despejo, ao mesmo tempo em que o ajuda a conhecer e melhor entender o passado traumático que viveram (Thonson, 2000).

Trata-se de uma situação em que o passado se converte em princípio de ação para o presente, em que a experiência traumática particular ganha a dimensão pública a partir do exemplo e da lição que dela se pode extrair, conforme destacou Todorov (2000) em trabalho no qual faz reflexões sobre os usos da memória.

A memória do passado é reavivada como uma memória exemplar e tem um sentido potencialmente libertador, ao contrário das memórias literais, intransitivas e incomparáveis entre si. O uso exemplar da memória “permite utilizar el pasado con vistas al presente, aprovechar las lecciones de las injusticias sufridas para luchar contra las que se producen hoy día, y separarse del yo para ir hacia el outro” (Todorov, 2000, p. 32).

A questão que deve ser colocada a partir do conhecimento do passado é: o que fazer com ele e que lições extrair? (Todorov, 2000, p. 33). O caso da memória reavivada em Cachoeiras de Macacu mostra o que é possível fazer como o conhecimento do passado, ressaltando como o presente marca o ato de lembrar (e de esquecer).

3. SIGNIFICADOS DAS DIMENSÕES DAS MEMÓRIAS

Durante a pesquisa percebemos as dificuldades em se falar sobre a memória de trabalhadores (principalmente do campo), tema com pouco espaço nas discussões sobre ditadura e justiça de transição. Mais difícil ainda foi tratar isso em um país que vive um processo de justiça de transição tardio (porque, diferente de outros países latino-americanos, **só muito tarde começou a criar instrumentos de justiça de transição**) e lento (porque **ainda não abriu todos os arquivos**, como os militares, porque demora para julgar os processos de reparação na comissão de anistia, porque apresentou poucas descobertas novas na CNV).

O esforço feito neste artigo buscou ressaltar as variadas maneiras como as memórias sobre os conflitos e repressão são tratadas pelos indivíduos e sociedades. Fica claro como a lembrança e o esquecimento, inscritos nas diferentes fontes, estão fortemente relacionados ao presente, aspecto mencionado de forma marcante na literatura sobre memória. Segundo Pollak, a memória é seletiva e sofre flutuações em função do momento em que ela é expressa – “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (Pollak, 1992, p. 4). Já Portelli (1998) afirma que a memória deve ser considerada em seu tempo histórico. Nossos dados convergem, portanto, com as reflexões de ambos os autores. Pensar sobre a importância do presente na construção dessas memórias é importante para o pesquisador saber como tratar essas memórias na elaboração da sua narrativa sobre a história. Também é importante refletir sobre como as pessoas lembram desse passado, de formas variadas, também conforme seus papéis sociais e suas experiências no passado e no presente (no caso das entrevistas).

As vítimas dos regimes totalitários se empenharam em entender e conhecer o que se passava nos campos de concentração como forma de sobrevivência e como uma maneira de combater o que se passou. Com isso, a reconstrução do passado era vista então como ato de oposição ao poder (Todorov, 2000). Podemos aproximar o contexto da pesquisa e do debate sobre justiça de transição no Brasil do cenário descrito por Todorov. A reconstrução do passado é uma forma de combater o que se passou, um ato de oposição ao poder que existia e ainda existe de algumas formas na sociedade – através de alguns traços, como a existência da violência no campo e as tentativas de expulsões de camponeses das áreas onde vivem há anos, deputados defendendo o poder dos militares, pessoas pedindo intervenção militar.

A pesquisa “Conflito e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro: 1945-1988”, no contexto de um trabalho para a CEV-Rio, tentou ser uma contribuição para a elaboração de uma narrativa histórica e sociológica sobre os conflitos e repressão no campo, destacando o papel dos trabalhadores rurais e seus apoiadores nessa história.

As experiências descritas na pesquisa a partir de diferentes dimensões da memória da repressão no campo, que pode ser recuperada de variadas formas, como foi mostrado (via literatura, documentos diversos e entrevistas), não são situações isoladas, particulares, desconectadas de outras experiências. Essas experiências ilustram a forma como a ditadura civil-militar reprimiu os trabalhadores no Brasil, de maneira geral, e os trabalhadores do campo, de forma mais específica. Nesse sentido, reconstruímos essas memórias não para buscar o que há de particular em cada narrativa. Mas para buscar no conjunto das narrativas construídas a partir da diversidade de memórias elaboradas uma experiência que revele uma situação: a repressão contra os trabalhadores e, talvez valha dizer, o caráter de classe da repressão política durante a ditadura.

Buscando uma aproximação com Todorov (2000), ele nos disse que o senso comum que apresenta a experiência do holocausto dos judeus como única não nos ensina nada, pois é desconectada do passado e com isso é incomparável com o presente. Seguindo a orientação de Todorov, devemos buscar conectar as experiências do passado entre si e com o presente de modo a dotá-las de algum ensinamento no presente.

O presente artigo, ao apresentar as dimensões das memórias da repressão política no campo fluminense, ressalta não só aspectos da história e memória da experiência social dos trabalhadores rurais do Rio de Janeiro. Este texto ressalta também alguns temas referentes à pesquisa sobre os trabalhadores rurais durante a ditadura de 1964 que são carentes de investigação assim como possíveis caminhos de pesquisa pelos quais a história camponesa possa ser narrada e interpretada – a história a contrapelo, como sugere Walter Benjamin. É o próprio Benjamin que afirma não haver redenção possível se não se fizer o resgate das vítimas da história, condição para a transformação ativa do presente (Benjamin, 1986). Conhecer e mostrar a história dos camponeses e das lutas camponesas durante a ditadura é ainda tarefa pendente e missão para os pesquisadores do presente.

Recebido em: 28/01/2017

Aprovado em: 15/05/2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- BORGES, V. T. As falas gravadas pelos outros: fontes orais, arquivos orais e arquivos sonoros, inquietações da história do tempo presente. *Diálogos*, Maringá, maio/ago. 2012, v. 16, n. 2, p. 663-676.
- CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.
- ESTEVEZ, A.; ASSUMPCAO, S. R.; GUIMARAES, V. O caráter de classe da ditadura e a invisibilidade dos trabalhadores. *Re-vista Verdade, Justiça e Memória*, Rio de Janeiro, 2015, v. 9.
- FIGUEIREDO, A. Intervenções sindicais e o novo sindicalismo. *Dados*, Rio de Janeiro, 1978, v. 17, p. 135-155.
- FREDERICO, C. A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984). São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GILL, L. de A. G.; DOS SANTOS NETO, M. G. (Orgs.). Trabalho, gênero, raça e sociabilidade no mundo dos trabalhadores da cidade e campo. 1. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Arquivo Nacional e Central Única dos Trabalhadores, 2016. v. 2.
- GRYNSPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. 2 vol. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.
- LOPES, C. (Org.); REGOS, T. C. (Org.). Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo. 1ª. ed. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores (CUT), 2015. vol. 2.
- LUIZ, J. R.; TEIXEIRA, M. A. Alguns desafios na organização de acervos de fontes orais: o caso do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (CPDA/UFRRJ). *História Oral*, Rio de Janeiro, 2013, v. 16, p. 73-99.
- MARQUES, A. J.; TROITINHO, S. (Orgs). Arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2016. v. 1.
- MARTINS, H. H. T. de S. Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975. 1ª. ed. São Paulo: Hucitec: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994. v. 1
- MATTOS, M. B.; VEGA, R. (Orgs.). Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. v. 1.
- MEDEIROS, L. S. de S. História dos Movimentos Sociais no campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- _____. Dimensões políticas da violência no campo. *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, 1996, v. 1, n.1, p. 126-141.
- _____. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: Milton Pinheiro. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 195-230.
- MEDEIROS, L. S.; TEIXEIRA, M. A (Orgs.). Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo. 1. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Arquivo Nacional e Central Única dos Trabalhadores, 2016. v. 3.
- NOVAES, R. C. R. De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- PADRÓS, E. S. Ditadura brasileira: verdade, memória... E Justiça? *Historiae*, Rio Grande do Sul, 2012, 3 (3): 65-84.
- PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, V. (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

- _____. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S. de, PAULILO, M. I. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato).
- PEREIRA, R. de C. M. (Org.); GARCIA, D. (Org.). *Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Central Única dos Trabalhadores, 2014. v. 1.
- PESSANHA, E. (Org.); MEDEIROS, L. S. de (Org.). *Resistência dos Trabalhadores na Cidade e no Campo*. 1. ed. São Paulo: Cedoc/CUT, 2015. v. 1.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989, v. 2, n. 3, p. 3-15.
- _____. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1992, v. 2, n. 3, p. 3-15.
- PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (Coords.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RICCI, R. *Terra de ninguém. Representação sindical no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SANTANA, M. A. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política & Sociedade*, Santa Catarina, 2008, v. 1, p. 269-309.
- _____. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, 2014, v. 12, p. 85-98.
- _____. M. A.; RODRIGUES, V. A. C. *Direito à memória e à verdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.
- SARTI, C. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. *Horizontes Antropológicos* (UFRGS. Impresso), Rio Grande do Sul, 2014, v. 20, p. 77-105.
- SIGAUD, L. M. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SILVA, O. H. da. *A Foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.
- STAMPA, I. (Org.); MARQUES, A. J. (Org.). *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. 2. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: CUT Brasil e Arquivo Nacional, 2010.
- STAMPA, I. (Org.); NETTO, R. de S. (Org.). *Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional - Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013. v. 1.
- TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- THONSON, A. Aos cinquenta anos. Uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, M. de M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- TILLY, C. *From mobilization to revolution*. Nova York: Random House, 1978.
- TODOROV, T. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.
- VIANA, G. (coord.). *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.
- WELCH, C. A. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.